

REDE URBANA BRASILEIRA: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS*

Bianca Simoneli de OLIVEIRA**

RESUMO: O significado de rede urbana é amplo e sua compreensão na academia tem sido feita, as vezes, por meio de polêmicas discussões frente a correntes que ignoram a existência dessas redes nos países subdesenvolvidos ou consideram que elas estariam em fase embrionária. Roberto Lobato Corrêa caracteriza-se como um autor que contraria os argumentos dessa corrente de pensamento e defende a existência dessas redes. Em seus estudos sobre a rede urbana, o autor discute clássicos como Walter Christaller levantando pontos que merecem ser discutidos no momento que o país vive. Outro autor que contribuí nesse debate é Milton Santos. Desde a década de 1970 analisava as modificações nos sistemas de produção brasileira e das redes, por meio de dois sistemas que denominou circuitos superior e inferior. Permeados pela discussão clássica de Walter Crhistaler acerca do debate das redes urbanas, buscaremos criar um diálogo entre Corrêa e Santos, direcionado para a realidade brasileira, na tentativa de melhor compreender as transformações do espaço geográfico contemporâneo.

Palavras-chave: Rede urbana, hierarquia urbana, cidades médias, fixos, fluxos.

URBAN NET BRAZILIAN: SOME THEORY REFLECTIONS

ABSTRACT: The significance of net urban is ample and your apprehension on academy has been being off the rack, the turns, by means of controversies discussions front the currents what ignores the lifetime of that nets on the countries underdeveloped or considerate than they do they should be in phase embryonic. Roberto Lobato Corrêa is a author what annoyed the arguments of that current of air thought and she defends the lifetime of that nets. In yours studies above the net urban, the maker talks over classical exemplo Walter Christaller standing dots what deserves be discuss at the moment actual country's. Another author what contributory in that discussion is Milton Santos. After the decade of 1970 analyzed the transformation on systems of production Brazilian, from the nets, by means of two systems what denominative circuits higt and down. We directed by discussion classical of Walter Crhistaler as for of the discussion from the nets urban, we'll pick up a dialog among get on with Corrêa and Santos, focused for reality Brazilian, in an attempt to best understand the transformations of the geographic space contemporary.

Keywords: net urban, hierarch urban y, medium cities

RED URBANA BRASILEÑA: ALGUNAS REFLEXIONES TEÓRICAS

RESUMEN: El significado de la red urbana es amplio y su comprensión en el mundo académico se ha hecho, a veces a través de la actual polémica frente discusiones que desconocen la existencia de tales redes en los países subdesarrollados o creen que estan en su fase embrionaria. Roberto Lobato Correa caracteriza a sí mismo como un autor que oponga las discusiones de esta cadena del pensamiento y defiende la existencia de estas redes. En sus estudios sobre la red urbana, el autor analiza clásicos como Walter Christaller que defiende temas que merecen ser discutidos en el momento que vive el país. Otro autor que ha contribuido a este debate es Milton Santos. Desde la década de 1970 él analizaba las modificaciones en los sistemas de producción brasileña y las redes, por medio de los sistemas que él llamó circuito superior y inferior. Tan, buscaremos crear un diálogo entre Correa y Santos, dirigido a la realidad brasileña, en un intento de comprender mejor las transformaciones contemporáneas del espacio.

Palabras clave: Red urbana, hierarquía urbana, ciudades medianas

* Reflexões teóricas adaptadas do quarto capítulo da dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2003), sob orientação da Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares.

**Doutoranda e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) da Universidade Federal Paulista (UNESP), Campus Presidente Prudente, SP. bsimoneli@bol.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos regionais passaram a exigir mais do que uma visão positivista e pragmática da realidade; exigindo uma análise das transformações sócio-espaciais vigentes, além dos processos históricos que, direta ou indiretamente interferem na construção do espaço geográfico. Nesse processo, as (re)configurações que a rede urbana apresenta têm merecido nossa atenção, principalmente aquelas de escalas regionais, cujas funções e hierarquias têm sido diluídas e/ou reestruturadas.

Os estudos sobre as redes urbanas tradicionais tiveram como respaldo as teorias clássicas de Walter Christaller (1966) e Losch (1954) sobre as concepções de “lugar central e área de mercado”, em que uma cidade pólo exerce a função de suprir serviços especializados a centros menores do seu entorno, formando uma rede urbana hierarquizada, em que não ocorre complementariedade entre as cidades.

A contextualização dessa teoria à luz do século XXI exige-nos reflexão, diante das circunstâncias reais que o progresso da ciência e da informação tem interferido no espaço e, portanto, nas cidades e no campo. As transformações que se efetivaram nesses espaços levam-nos a repensar as funções que a rede urbana representa diante das melhorias nos transportes e nas comunicações.

Essa mudança que o Meio técnico tem incorporado no espaço geográfico quebra as barreiras do tempo, encurtando as distâncias, como já afirmara Santos (1985). Torna-se acessível às pessoas que vivem nas pequenas localidades deslocarem-se para outros centros de tamanhos variados, na busca de bens e serviços, ocorrendo, pois, uma flexibilização e uma complementariedade entre centros de mesmo tamanho com outros maiores.

Santos (1988) afirma que a rede urbana continua tendo um papel fundamental na organização do espaço, porque assegura a integração entre fixos e fluxos, isto é, entre a configuração territorial e as relações sociais. Por isso, seu estudo é fundamental para a compreensão das articulações entre as diversas frações do espaço.

A possibilidade dos centros complementarem-se coloca em debate a questão da hierarquização; a tendência piramidal, rígida, proposta pela clássica teoria de Walter Christaller (1966) e Losch (1954), em que todas as cidades de mesmo nível recorriam às outras superiores, em busca de bens e serviços de que não dispusessem, necessita ser repensada, diante do período tecnológico. Por essa razão, considerar isoladamente fatores tais como o tamanho populacional, localização, distância, hierarquização ou função específica, para analisar as cidades, tem sido motivo de questionamento entre os cientistas urbanos.

Santos (1985) discute outras categorias de análise para compreender as mudanças no espaço geográfico; trata-se da estrutura, do processo, da função e da forma. Essas categorias não podem ser analisadas separadamente, pois, isoladas, perdem características verdadeiras, representam apenas realidades parciais do mundo; mas, se relacionadas entre si, é possível compreender a organização espacial na sua complexa rede de interações.

Por meio de processos econômicos, sociais, políticos e tecnológicos, entre outros, há um tempo em que o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas, e, por conseguinte, gera refuncionalizações na forma/conteúdo, e o resultado desses tempos (e do uso de novas técnicas e informação) é visto na paisagem, formado pelo passado e pelo presente.

Diante destas considerações iniciais, buscaremos rever a contribuição de Walter Christaller acerca do debate em torno do tema “rede urbana” e levantar um diálogo entre Corrêa e Santos, direcionado para a realidade brasileira.

2. O MODELO CLÁSSICO DE WALTER CHRISTALLER

Walter Christaller contribuiu intensamente sobre os estudos de redes urbanas, pela sua teoria dos lugares centrais. Apesar de caracterizar-se como uma teoria assentada numa visão bastante econômica, ainda foi base de diversos estudos sobre a rede urbana, desde a década de 1940, influenciando notadamente vários autores brasileiros.

A “teoria dos lugares centrais”, elaborada em 1933, trata a relação entre capital-interior numa perspectiva espacial; essa relação traduziu a presença de uma hierarquia entre cidades determinadas pela lógica da “extração tributária” e pelas necessidades da “circulação mercantil” estabelecidas de forma permanente no território.

A racionalidade dos agentes sociais envolvidos, tais como os varejistas e prestadores de serviços, de um lado, e os consumidores finais, de outro, geram localizações otimizadas por parte dos primeiros e deslocamento racionais por parte dos segundos, nos quais, para um dado bem ou serviço, o custo e o tempo são minimizados.

Segundo Tavares (2001), o conjunto de centros de uma região ou país, tais como cidades, vilas, povoados e estabelecimentos comerciais isolados na zona rural, tendo um papel de distribuição varejista e de prestação de serviços para uma população neles residente, são denominados, na teoria Christalleriana, de “localidades centrais” e a centralidade de que dispõe é derivada de seu papel como centros distribuidores de bem e serviços, ou seja, das funções centrais que desempenham.

Outra questão de que essa teoria trata diz respeito à hierarquia da rede urbana, questionando o tamanho, as funções econômicas e a localização das cidades num dado espaço. Christaller (1966) e Losch (1954), citados no estudo do IPEA (2000, p. 26), notaram que existem aglomerações urbanas de todos os tamanhos, “dotadas de funções centrais que consistem na produção e na distribuição de bens e serviços a um “hinterland” em relação ao qual o centro urbano ocupa posição central”. Na visão desses autores, a localização das atividades básicas induz à organização de um sistema hierárquico de cidades.

Na teoria christalleriana, qualquer estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços, fornece bens e serviços a uma região próxima do centro fornecedor, representando, nesse sentido, uma polarização espacial da aglomeração urbana.

Desse modo, haveria a constituição de uma hierarquia de cidades, em que, no nível mais elementar, estariam as cidades produtoras basicamente de bens e serviços, aqueles mais procurados pela população para sua reprodução social cotidiana, e, do outro lado, estariam os centros urbanos maiores, geradores de produtos e serviços mais especializados para uma área territorial mais extensa.

Seria, segundo Corrêa (1997, p. 41), uma região homogênea e desenvolvida economicamente, havendo, portanto, uma hierarquia caracterizada de níveis estratificados de localidades centrais, nos quais os centros de mesmo nível hierárquico “oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços e atuam sobre áreas semelhantes no que diz respeito à dimensão territorial e ao volume da população”.

3. DAS NOVAS CONTRIBUIÇÕES: A REDE URBANA NUMA VISÃO “BRASILEIRA”

Temos sido agentes e observadores do processo de produção do espaço brasileiro há várias décadas, e as transformações são consideráveis, inclusive nos setores da economia, como o terciário, que, a modelo dos outros, sofre mudanças relacionadas ao uso da informática, da tecnologia e da comunicação.

Essas reestruturações causaram alterações significativas não só no padrão de acumulação como também na organização espacial, influenciando o arranjo da hierarquia urbana.

Nesse contexto, as críticas que surgem em relação às abordagens tradicionais dos estudos da rede urbana, decorrem da defasagem histórica das teorias, frente às mudanças significativas ocorridas após os anos de 1970, nos países em subdesenvolvimento.

Fatores tais como a redução nos custos de transporte, facilidades na área de telecomunicações, boa mobilidade para as pessoas, generalização de serviços, equipamentos e comércio, que antes foram reservados às grandes cidades, bem como os serviços de alta especialização, constituem alguns dos fatores que concorreram para as mudanças processadas na organização das redes.

Considerando a necessidade de discutir a realidade da rede urbana brasileira, faz-se necessário dialogar com dois autores que muito tem contribuído nessa discussão: Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa.

a) MILTON SANTOS: UMA SOMA RELEVANTE

A obra de Milton Santos constituiu numa relevante contribuição para a temática da rede urbana. Já na década de 1970 analisava as modificações nos sistemas de produção brasileira e das redes, por meio de dois sistemas que denominou circuitos superior e inferior.

Uma das questões que Santos (1996) muito tem discutido trata da urbanização brasileira e da reestruturação espacial pela qual temos passado nesse recente período caracterizado pelo desenvolvimento da ciência, tecnologia e informação, bem como a “função” que cada centro passa a assumir na rede. Para esse autor, uma rede urbana é o resultado de um equilíbrio instável de massas e de fluxos, “cujas tendências à concentração e à dispersão, variando no tempo, proporcionam as diferentes formas de organização e de domínio do espaço pelas aglomerações”. (SANTOS, 1989, p. 165)

Tradicionalmente, a Geografia descritiva isolava diferentes funções e estabelecia uma classificação de cidades de acordo com uma ou várias funções determinantes. Todavia, para Santos (1989), é preferível uma distribuição segundo o grau de evolução das cidades, mas isso não nos deve dispensar de reconhecer centros com função preponderante ou de liderança.

Na análise do autor, os dois circuitos da economia interferem na rede de localidades centrais, estruturando-a de modo que cada centro atue simultaneamente nos circuitos, dispondo de duas áreas de influência. Essa interferência se faz, em realidade, mediante mecanismos básicos de estruturação da hierarquia urbana, com alcance espacial mínimo e máximo, em três níveis de centros: a metrópole, a cidade intermediária e a cidade local.

A cidade local atua efetivamente por meio do circuito inferior, enquanto a metrópole o faz pelo superior; as cidades intermediárias ficam numa posição de centralidade, que lhes é fornecida pelos dois circuitos, em que, ora um tem maior importância, ora o outro.

Convém ainda esclarecer sobre os circuitos que o inferior, é constituído por atividades que não dependem de capitais de modo intensivo e possui uma organização primitiva, tal como a fabricação de bens, certas formas de comércio e serviços que não exigem especializações e atende, sobretudo, a população de baixa renda.

Por outro lado, o circuito superior é resultado da modernização tecnológica, sendo constituído pelos bancos, comércio e indústria moderna voltados para exportação e vinculados ao mercado interno, pelos serviços modernos, empresas atacadistas e de transporte.

Ainda sobre as redes urbanas, Santos (1989) teoriza o assunto em três elementos de base, que constituem, conforme esse autor, a própria substância da organização das redes: as massas, os fluxos e o tempo.

As massas caracterizam-se pela população, sua densidade e sua distribuição, também a produção, a distribuição e o valor. Os fluxos, que contêm as massas, são expressões dos fluxos populacionais, produções agrícolas, fluxos monetários, informações, ordens.

O fator tempo, também trabalhado por Corrêa (1997), pondera os dois elementos anteriores, explicando os fenômenos de disparidade, principalmente os temporais, como o grau de arcaísmo de infra-estrutura agrícola, industrial, dos transportes e serviços, dependendo da região.

Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, Santos (1996) vê o mundo numa outra ótica, cuja organização dos sub-espacos passa a ser articulados a partir de uma lógica global. Portanto, temos de falar em circuitos espaciais de produção e, não mais, em circuitos regionais.

Diante dessas transformações, principalmente a técnica, é importante analisar esses elementos, compreender como agem na funcionalidade dos centros e como contribuem para sua configuração na rede, considerando as supostas modificações pelas quais a rede pode passar diante do dinamismo das massas e fluxos.

As mudanças espaciais, mediante as facilidades de fluxos e fixos, também levaram Santos (1996) a questionar a hierarquia urbana, a qual, num primeiro momento, se submeteu a uma organização hierárquica em que os fluxos processavam-se das cidades menores para as progressivamente maiores.

No entanto, com as facilidades do período técnico científico informacional, passaram a existir múltiplas possibilidades de cidades de diferentes padrões relacionarem-se. Desse modo, os núcleos urbanos necessariamente não mais estabelecem fluxos que possam caracterizar um padrão rígido de hierarquia.

As mudanças de função na rede urbana, frente às mudanças no espaço geográfico, foram também analisadas por Corrêa. Suas contribuições buscam contextualizar as teorias Christallerianas nos países subdesenvolvidos mediante as transformações ocorridas durante o Período técnico científico informacional.

b) ROBERTO LOBATO CORRÊA: UMA CONTRIBUIÇÃO NECESSÁRIA

Esse autor tem sido reconhecido com mérito por muito ter contribuído para o estudo das redes urbanas no que tange ao caso brasileiro. Sua preocupação sobre essa temática já ocorre desde a década de 1980.

No seu estudo, Corrêa (1989) procura identificar a natureza e o significado da rede urbana, levando em consideração fatores como a divisão territorial do trabalho, as relações entre a rede urbana e os ciclos de exploração, bem como a forma espacial desta.

Quanto à materialização da rede urbana, o autor argumenta que “os processos sociais que definem e redefinem uma rede urbana não atuam por igual em toda a sua extensão”, ou seja, há seguimentos da rede que incorporam vários momentos da história e/ou do presente, portanto, verifica-se que a periodização ocorre de modo espacialmente desigual. (CORRÊA, 1989, p. 79)

Em razão da desigual espaço-temporalidade dos processos sociais, da qual Corrêa (1997) considera a rede urbana um reflexo e uma condição, pode-se verificar a existência de diversos tipos de redes, de acordo com o padrão espacial, a complexidade funcional dos centros e o grau de articulação interna e externa da cada rede.

Para esse autor, pode existir rede urbana nos países subdesenvolvidos, desde que três condições sejam satisfeitas: primeiro, que exista uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra e que não tenha sido produzida local ou regionalmente; segundo, a existência de pontos fixos no território, em que a troca é realizada, ainda que periodicamente; esses pontos tendem a concentrar outras atividades, tais como aquelas de controle político-administrativo e ideológico, transformando-se em núcleos de povoamento composto de diferentes atividades; e a terceira condição refere-se à existência de um mínimo de articulação entre os núcleos anteriormente referidos, o que dá origem e reforça a diferenciação entre os núcleos urbanos no que se refere ao volume e tipo de produtos comercializados, às atividades político-administrativa, entre outras e que se traduz em uma hierarquia entre núcleos urbanos e em especializações funcionais.

Diante dessas explanações e tecendo uma análise sobre os países subdesenvolvidos, esse autor discute que há uma semelhança muito grande entre as redes de localidades centrais desses países com o descrito no esquema christalleriano, mas que se distinguem por três modos de organização distintos, que podem coexistir numa mesma rede: - uma rede dendrítica de localidades centrais; - mercados periódicos; e – desdobramento da rede em dois circuitos da economia.

As redes dendríticas caracterizam-se como de origem colonial; uma cidade estratégica que concentra as principais funções econômicas e políticas da hinterlândia e um expressivo número de pequenos centros no seu entorno.

Quanto aos mercados periódicos, estes são definidos como aqueles núcleos de povoamento pequenos, que, periodicamente, se transformam em localidades centrais e que, passado o período de intenso movimento comercial, voltam a ser pacatos núcleos rurais, com grande parte da população engajada em atividades primárias.

Os dois circuitos da economia, superior e inferior, elaborados por Milton Santos (1979), constituem uma bipolarização interligada, visto que possuem origem em comum e o mesmo conjunto de causas.

Segundo Corrêa (1997), a existência de uma classe média que utiliza um e outro circuito, impede o isolamento de ambos, além do que ainda existem articulações de complementariedade e de dependência, envolvendo intercâmbios de insumos entre esse sistema.

Outra contribuição relevante, que Corrêa (1997) aborda sobre o entendimento das redes, trata-se de algumas dimensões que precisam ser consideradas para realizar estudos sobre o urbano. São as dimensões organizacional, temporal e espacial, que não se dissociam.

O autor esclarece que a dimensão organizacional refere-se à configuração interna de uma entidade estruturada na rede, pode ser uma cidade, uma empresa e abrange agentes sociais envolvidos, a origem da rede, a natureza dos fluxos, a função e a finalidade da rede, sua existência, construção, formalização e organização.

Quanto a dimensão temporal, esta se associa à duração da rede, à velocidade dos fluxos, à frequência com que ela se estabelece e à história; essa dimensão está ligada à espacial, bem como à organizacional; ademais essa última não adquire concreticidade se estiver desvinculada do tempo e do espaço.

Essas dimensões podem ser visualizadas no território brasileiro, principalmente pelas transformações ocorridas no país, tais como a industrialização, a melhoria da circulação e dos transportes, o desenvolvimento de uma estratificação social mais complexa, bem como a modernização do campo e a incorporação de novas áreas. Fatores que levaram a uma “*complexificação funcional*” dos centros urbanos, como afirma Corrêa (1997, p. 99).

Tornou-se relevante considerar suas especializações funcionais, sejam elas relativas à indústria ou aos serviços. Nesse contexto, em que há uma complexidade funcional, Corrêa (1997) entende que cada centro passa a situar-se em pelo menos duas redes, onde uma é constituída por lugares centrais e na qual cada centro tem uma posição (metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona, centro local) e outra menos sistemática e mais irregular, em que cada centro desempenha um papel singular e/ou complementar aos outros.

Diante disso, a rede urbana brasileira não pode ser mais tratada exclusivamente por interações do tipo rígida, descrita na teoria Christalleriana, mas deve incluir também interações de complementariedade no âmbito da rede urbana, visto que a complexidade da divisão territorial do trabalho leva a numerosas especializações funcionais, que definem diversos centros urbanos.

4. AS TRANSFORMAÇÕES NA REDE URBANA FRENTE O PERÍODO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL

O processo de urbanização é um fenômeno muito recente na história do homem e, no entanto, já tem adquirido grandes proporções na escala mundial. No final do século XIX, conforme

nos apresenta Sposito (2005), a população considerada urbana correspondia a apenas 1,7% da população total. Nos anos 50, esse percentual cresceu para 21%, e posteriormente aumentou para 25% em 1960, 37,4% em 1970 e cerca de 41,5% em 1980. Em 1990, atinge 51%.

No Brasil, o processo de urbanização começou após a 2ª Guerra Mundial, mas, até 1960, ainda era um país predominantemente agrícola, com uma taxa de urbanização de 44,7%.

Essa urbanização não foge a regra dos países em desenvolvimento. Após o golpe militar de 1964, o país criou condições de uma rápida integração com um movimento de internacionalização para investir intensamente no campo e modernizá-lo, tendo como finalidade atender a um mercado consumidor interno em expansão e a uma demanda externa.

Diante dessa reestruturação no campo, ocorreu a expulsão de um intenso contingente de trabalhadores rurais, e foram as grandes cidades as acolhedoras desse fluxo, vistas como lugares que ofereciam melhores condições de vida, com maior acesso à saúde, educação e empregos, implicando o esvaziamento do campo e de pequenos centros.

Toda essa reestruturação que ocorreu no campo e na cidade foi a base para a instalação de um novo Meio geográfico, - os meios e os fins -, caracterizado pela informação, tecnologia e cientificidade.

Santos (1996) denomina esse novo Meio geográfico de “Meio técnico científico informacional”, que se desenvolve num período de mesmo nome, e distingue-se por duas características no país: - grande desenvolvimento na configuração territorial, em que o homem cria sistemas de engenharia que superpõem à natureza, a fim de criar condições de trabalho, próprias de cada época; - intenso desenvolvimento da produção material, agrícola e industrial, em que as mudanças que são estabelecidas nesses setores acarretam também alterações nas formas de circulação e distribuição e, conseqüentemente, sobre o consumo.

Nesse período, a urbanização ganhou novo impulso e o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, foi tornando-se um espaço instrumentalizado, aculturado, tecnificado, cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência.

Diante disso, a rede urbana tornava-se cada vez mais diferenciada e complexa, haja visto que cada cidade e seu campo passavam a responder por relações específicas, próprias a sua realidade sócio-econômica e, dessa forma, percebemos que toda a reestruturação sócio-espacial e econômica pela qual o território tem passado, além do processo de urbanização, contribuíram para que houvesse uma extrema diferenciação entre os tipos urbanos e sua hierarquia de tamanho e funções.

No Brasil, o desenvolvimento da produção, circulação, informação e de novas formas de consumo, tem gerado novas funcionalidades entre os centros urbanos e uma nova configuração no interior das redes urbanas. Diante disso, é possível uma relação de complementariedade e prestação de serviços entre a pequena cidade local com a cidade média, com a metrópole regional ou, em certos níveis, mesmo diretamente com a metrópole nacional. Esse novo meio tecnificado e informatizado cria uma "contração" do tempo e o "encurtamento" das distâncias, beneficiando essa relação.

Importa considerar o processo de globalização, porquanto este tem modificado os consumos consuntivo e produtivo da população e dos meios de produção, refletindo-se diretamente no meio rural/urbano e induzindo as mais diferentes aglomerações a participar do jogo entre local e o global. É dessa forma que “as cidades pequenas e médias acabam beneficiadas ou, ao contrário, são feridas ou mortas em virtude da resistência desigual dos seus produtos e de suas empresas face ao movimento de globalização”. (SANTOS 2001, p. 281).

Diante disso, percebemos uma hierarquia flexível de cidades, em que a dinâmica dos fluxos (sejam eles econômicos, demográficos, informacionais) é capaz de gerar funcionalidades às cidades, despontando-as numa rede, bem como a possibilidade de estagná-las, num curto período de tempo.

Assim, notamos que o processo de mundialização não implica o desaparecimento de uma estrutura hierarquizada de relações e articulações entre as cidades, mas que possibilita maiores

interações entre eles, independente de seu tamanho, funcionalidade ou localização, como iremos verificar no contexto das cidades médias.

4.1. A REFUNCIONALIZAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS

Nesse processo de transformação do espaço geográfico mediante a inserção do período técnico científico informacional, muitos centros têm se (re)funcionalizado na rede urbana em que estão inseridos. Os pequenos centros, criados sob determinadas condições de demanda e circulação, por longo tempo, permaneceram com a função exclusiva de reservatório de força de trabalho rural.

As novas técnicas absorvidas pelo campo, além de aumentarem a produção e alterarem o sistema fundiário, passaram a gerar novas necessidades, cujo “locus” representante são as pequenas e médias cidades.

Diante da reestruturação dos centros urbanos, e conseqüentemente das redes, a cidade média não é mais apenas um intermédio entre os centros menores e maiores do que ela, mas um centro de atração de mão-de-obra qualificada, reduto de uma classe média, altos índices de qualidade de vida, espaço de lazer, “locus” de novos investimentos industriais e de serviços; revela-se como um reflexo da produção e das atividades desenvolvidas regionalmente, visível na rede em que estiver inserida.

O fator demográfico isolado não afirma se uma cidade pode ser considerada média. Importante, hoje, frente às configurações do espaço brasileiro, considerá-la em sua rede regional, as características de seus centros, a qualidade de vida de sua população, a funcionalidade, a localização, entre outros fatores.

Não há ainda um consenso entre os autores brasileiros a respeito do tamanho populacional, todavia Santos (2001) afirma-nos que o novo limiar para a cidade média está acima dos 100.000 habitantes, mas que há três ou quatro décadas, esse número estava em torno de 20.000.

Muitas vezes, as atividades urbanas especializam-se em função da produção regional que exige ciência, técnica e informação e inclui uma demanda expressiva de bens e serviços voltados para a cidade e para o campo, visto que este cria necessidades a serem empregadas no plantio, na lavoura, na colheita, na armazenagem, no empacotamento, no transporte e na comercialização.

As cidades médias, atualmente, comandam os aspectos técnicos da produção regional, deixando o essencial dos aspectos políticos para os centros maiores no país, ou mesmo no estrangeiro, entretanto, conforme nos esclarece Santos (2001), não deixa de ser um espelho de contradições entre as preocupações ligadas à produção (lado técnico) e as ligadas à realização (lado político).

Outra característica das cidades médias trata-se de que elas apresentam-se como o “locus” do trabalho intelectual, o lugar onde se obtêm informações necessárias às atividades econômicas.

Nesse sentido, são cidades que reclamam continuamente mais trabalhos qualificados, enquanto as maiores, por sua própria composição orgânica do espaço, “(...) poderão continuar a acolher populações pobres e desamparadas”. (SANTOS, 1996, p. 123).

Nessas mudanças de papéis, verificamos que a cidade média hoje, também chamada de intermediária por Santos (2001), caracteriza-se por ser o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas e, desse modo, constitui-se em intérpretes da técnica e do mundo.

Nesse contexto, a cidade média não deixa de estar envolvida numa suposta hierarquia urbana, uma vez que oferece bens, serviços, lazer, entre outros, à população dos centros menores que nela forem buscar. Todavia, temos visto que essas relações ocorrem de forma complementar entre centros de diversos níveis, sem uma rigidez de relações, como defende a teoria dos lugares centrais de Christaller.

5. PARA NÃO CONCLUIR - A CRÍTICA AO MODELO TRADICIONAL

Analisar essas teorias isoladas, para entendê-las no contexto dos países subdesenvolvidos, como fez Corrêa (1997), constitui-se numa tarefa árdua.

Verifica-se que há validade e grandes contribuições, mas que também há fatores discutíveis ou a ausência de outros, e, sendo assim, é necessário repensá-las, considerando as transformações conjunturais e estruturais nas diversas escalas da economia, que tem levado a intensas modificações, no que diz respeito ao território brasileiro após 1970.

As críticas mais intensas são feitas à teoria dos lugares centrais de Christaller, que tem sido base para muitos estudos, mas que, diante das transformações do espaço geográfico brasileiro, não tem conferido uma visão de flexibilidades entre os diversos centros urbanos, que o atual período exige.

A teoria dos lugares centrais não leva em consideração uma série de serviços especializados, que foram sendo desenvolvidos após sua elaboração e, por isso mesmo, eles não estão presos num modelo de hierarquia urbana estratificado, em que estejam necessariamente disponíveis nos grandes centros, mas, ao contrário, tornaram-se mais acessíveis por meio da melhoria da rede de comunicação e dos transportes.

Outros fatores a serem repensados nessa teoria diz respeito à disposição espacial das cidades num determinado território, que tende a não obedecer a uma distribuição rigorosamente geométrica e nem mesmo populacional, que está distante de ser homogênea. São essas dimensões populacionais e econômicas das cidades que se destacam na teoria de Christaller e não uma dimensão funcional, que é indispensável na organização espacial de um território, ainda que essa se modifique com o decorrer do tempo.

Nesse sentido, manter a posição na hierarquia urbana requer, portanto, capacidade de inovação, pois, dessa forma, as funções econômicas, que decorrem cada vez mais da capacidade de inovar, permitem apontar outras classificações mais elaboradas com base no nível de desenvolvimento econômico e nas estruturas mais ou menos complexas dos centros urbanos.

O modelo de Christaller apresenta-se como uma situação ideal, utilizando-se somente da função de distribuição dentre os diversos papéis que são desempenhados pelos núcleos urbanos.

O papel da funcionalidade, destacado por Santos e Corrêa anteriormente, somado a uma estrutura instável e dinâmica dos países subdesenvolvidos, revela novas configurações significativas para as redes urbanas. As melhorias nos transportes e telecomunicações têm encurtado o tempo e as distâncias entre os centros. O espaço geográfico torna-se virtual para diversas relações, mas, em nenhum momento, perde sua importância, pois não deixa de existir.

As características da teoria de Christaller estão presentes entre os centros, tanto nas relações de distribuição regionais como nos moldes da rede dendrítica, onde a cidade pólo reúne as principais funções do hinterland formando uma hierarquia piramidal rígida.

Ao analisar tal situação mediante as facilidades do período técnico científico informacional, da implantação de fixos de transportes e comunicações, observamos que os fluxos têm ganhado dimensões diversas e, portanto, não ficam presos a uma rede.

Mas ainda existem necessidades básicas quanto aos serviços de saúde, de educação e de prestação de serviços especializados (para o campo), denotando a existência de uma hierarquia ativa, cujos pequenos núcleos do hinterland são polarizados por uma cidade mais equipada. No entanto, essas atividades não ficam presas num único pólo urbano, visto que no atual período, centros de diversos tamanhos complementam-se e nada impede que esse fluxo populacional consuma serviços em centros de porte, funções e localizações variadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. Rio de Janeiro: Ática, 1989. 96p.
- _____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302p.
- IPEA. **Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais – Sul**. Brasília: IPEA, 2000. 206 p.
- OLIVEIRA, B. S. de. **Ituiutaba (MG) na rede urbana Tjucana: (re)configurações sócio-espaciais no período de 1950 a 2000**. 2003. 208 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.
- ROCHFORD, M. **Redes e Sistemas: ensinando sobre o urbano e a região**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1998. 174p.
- SANTOS, M. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Alves, 1979. 345p.
- _____. **Manual de Geografia Urbana**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. 214p.
- _____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157p.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 190p.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 446p.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1977. 377 p.
- SOJA, E. A. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais**. A construção de uma temática. Presidente Prudente: GAsPERR, 2005.
- SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBERBO, O. (Org.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 376 p.
- SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Textos e Contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001.
- WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto-SP**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.